

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional

das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente da gestão de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de influenciar mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acesse

http://www.bancopaulista.com.br/docs/Gerenciamento_de_Riscos_BANCO_PAULISTA.pdf. Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 29 de março de 2016. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Notas explicativas	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Circulante		132.633	128.249		
Disponibilidades	4	3.854	2.852		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		71.526	71.539		
Aplicações em operações compromissadas	4/5	899	11.200		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4/5	70.627	60.339		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		36.727	30.152		
Carteira própria	6	19.369	15.240		
Vinculados à prestação de garantias	6	17.358	14.912		
Relações interdependências		525	-		
Transferências internas de recursos		525	-		
Outros créditos		20.001	23.706		
Recursos de câmbio	8	976	582		
Negociação e intermediação de valores	9	2.507	1.634		
Diversos	9	9.915	17.588		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(332)	(450)		
Realizável a longo prazo		32.087	24.387		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		23.829	20.670		
Carteira própria	6	207	-		
Vinculados à prestação de garantias	6	23.622	20.670		
Outros créditos		8.258	3.717		
Diversos	9	8.258	3.717		
Permanente		332	591		
Imobilizados		2	2		
Imobilizado de uso		252	410		
Intangível		78	179		
Total do ativo		165.052	153.227		

PASSIVO	Notas explicativas	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Circulante		68.011	56.098		
Câmbio vendido a liquidar		1.109	679		
Obrigações por compra de câmbio		406	532		
Outros obrigações		68.011	56.098		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		33	33		
Carteira de câmbio	8	1.515	1.211		
Fiscais e previdenciárias	10	5.276	2.786		
Negociação e intermediação de valores	9	56.813	49.139		
Diversas	10	4.374	2.929		
Exigível a longo prazo		2.415	1.868		
Outras obrigações		2.415	1.868		
Fiscais e previdenciárias	10	1.383	1.295		
Diversas	10	1.032	573		
Patrimônio líquido		94.626	95.261		
Capital social	11	66.000	66.000		
Reservas de lucros	11	29.604	29.264		
Prejuízos acumulados		(645)	-		
Ajuste ao valor de mercado		7	(3)		
Total do passivo		165.052	153.227		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2015 e 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. esta organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuros e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de recuperação ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação no mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores divergentes em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Apuração do resultado
São registradas no custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as carteiras.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua liquidação.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: o valor dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores
Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Redução do nível de ativos não financeiros - *(Impairment)*
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da instituição ou adquirido com essa finalidade.

Os títulos imobilizados (bens corpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Em ocorrência da alteração da alíquota, a Socopa constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é contabilizado, registrado e atualizado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2015	2014
Disponibilidades	3.854	2.852
Aplicações em depósitos interfinanceiros	71.526	71.539
Caixa e equivalentes de caixa	75.380	74.391

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas
Re vendas a liquidar - posição bancada

	2015	2014
Re vendas a liquidar - posição bancada	899	11.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN	899	11.200

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 1.093 (R\$ 875 em 2014).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2015	2014
Ligadas	70.627	60.339
Outras	70.627	60.339

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 7.690 (R\$ 4.729 em 2014).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

Títulos para negociação	2015		2014	
	Custo (I)	Mercado (II)	Custo (I)	Mercado (II)
Carteira própria	19.584	19.369	15.673	15.109
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	270	-	297
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.689	1.735	2.056	2.014
Fundos de Fundos de Investimentos - CFI	17.895	17.634	13.347	12.798
Vinculados à prestação de garantias	17.350	17.358	14.911	14.912
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.350	17.358	14.911	14.912
Total de títulos para negociação	36.934	36.727	30.584	30.021

Títulos disponíveis para venda
Carteira própria

	2015	2014
Carteira própria	207	128
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	207	128
Vinculados à prestação de garantias	23.613	20.670
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.613	20.670
Total de títulos disponíveis para venda	23.820	20.801

(I) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.
(II) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 10.051 (R\$ 6.593 em 2014).

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	Sem vencimento	2015		2014	
		12 meses	Total	12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	41.187	41.187	-	35.713
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	297
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.735	1.735	-	2.014
Fundos de Fundos de Investimentos - CFI	17.634	17.634	17.634	13.347	12.798
Total	17.634	42.922	60.556	10.828	50.822

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELCI) e os títulos privados no CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi apurado um resultado negativo de R\$ 13 (em 2014 negativo de R\$ 73), decorrente das operações com futuros.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A., aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para riscos sistêmicos e Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2015	2014
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	407	529
Direitos sobre compra de câmbio	1.124	686
Ajuntamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(555)	(663)
	976	552

PASSIVO

Circulante
Câmbio vendido a liquidar

	2015	2014
Câmbio vendido a liquidar	1.109	679
Obrigações por compra de câmbio	406	532
	1.515	1.211

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	2015		2014	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação	-	5.878	-	1.332
Devedores/credores - Conta "liquidações pendentes"	9.915	44.891	14.071	47.021
Comissões a pagar sobre operações a liquidar	-	5.292	3.187	-
Devedores e corretagens a pagar	-	752	-	786
	9.915	56.813	17.258	49.139

b) Diversos

	2015	2014
Circulante	4.487	2.588
Impostos e contribuições a compensar	4.487	2.588
Ajuntamento para pagamento de nossa conta	-	238
Títulos e créditos a receber (I)	803	565
Devedores diversos no País	1.624	1.298
Outros	21	23
	6.935	4.712

Realizável a longo prazo

	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia (nota 20b)	1.401	1.313
Títulos e créditos a receber (II)	2.407	2.261